



BC reforça regras de proteção ao consumidor nas ofertas de crédito

Tesouro recompra R\$ 7,1 bi em títulos prefixados em meio à disparada das taxas

Página 4

Superior Tribunal de Justiça permite reajuste de seguro de vida por idade

Página 4

Previsão do Tempo

Terça: Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite com muitas nuvens.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,45
Venda: 5,45

Turismo
Compra: 5,49
Venda: 5,67

EURO

Compra: 6,10
Venda: 6,10

Prazo para empresas escolherem modelo do Simples acaba nesta sexta



Página 3

Mais Médicos Especialistas oferece 224 vagas imediatas em nova chamada

Página 6

Detran-SP entra na reta final do maior ciclo de leilões de sua história

Página 2

Banco do Brasil capacitará funcionários para acolher mulheres em risco

Mulheres que procurarem ajuda em agências do Banco do Brasil (BB) ao enfrentar situações de violência poderão ser acolhidas por funcionários capacitados e receber orientações. Página 5

Esporte

Andrea Kimi Antonelli fica a dois pontos do título na F-1

Por Tiago Mendonça

A Fórmula 1 está muito próxima de conhecer um novo campeão mundial. Novo, em todos os sentidos. Aos 20 anos de idade, Andrea Kimi Antonelli deu um passo importante rumo ao título, ao vencer o GP dos Estados Unidos, disputado no domingo, 25, em Austin, no Texas. Agora, ele precisa de apenas dois pontos na próxima corrida para confirmar a conquista – e isso se George Russell vencer.

Esse cálculo fará dele o piloto mais jovem a ganhar um campeonato, superando o recorde de Sebastian Vettel (campeão em 2010 aos 23 anos de idade). O desempenho de Antonelli em Austin, muito acima da média desde a

classificação, quando fez a pole position, levou o chefe da equipe Mercedes, Toto Wolff, a dizer que foi “a melhor corrida dele na categoria até aqui”.

Especialmente se comparado ao rendimento do companheiro de equipe, que não passou de um discretíssimo oitavo lugar. Das 56 voltas completadas em Austin, Antonelli foi mais rápido que Russell em 51. E quando a gente diz mais rápido, é muito mais rápido: a melhor volta do piloto italiano superou em 0s9 a melhor passagem do britânico.

“Estou muito feliz com o resultado. Era o que precisávamos, para mim e para a equipe, porque as coisas não pareciam tão bem no início do fim de semana. Mas fomos trabalhando e, hoje, preciso dar o crédito à estratégia, pois confiaram na parada

única e estou muito feliz por termos feito dar certo. Foi um grande trabalho e execução da equipe”, elogiou Antonelli.

De fato, a única “ameaça” ao domínio do italiano, se é que podemos chamar assim, foi a estratégia de duas paradas adotada pelos principais adversários. Mas ela se provou pouco eficaz, com o segundo colocado, Charles Leclerc, da Ferrari, chegando 13s atrás do vencedor. Uma certa decepção tendo em vista o excelente desempenho apresentado pelos carros da equipe nos treinos livres.

Max Verstappen, da Red Bull, terminou em terceiro, seguido por Lewis Hamilton, da Ferrari. “A Mercedes viu algo que talvez a gente e a Red Bull não consideramos seriamente, que foi a parada única. Eles fizeram funcionar. É



Largada do GP dos Estados Unidos

algo que teremos que analisar, mas a corrida em si foi muito boa. De qualquer forma, acho que se tivéssemos feito uma parada única, não teria mudado o resulta-

do”, falou Leclerc.

Além de deixar Antonelli muito próximo do título, o desfecho do GP dos Estados Unidos também esquentou a briga pelo vice-

campeonato, com apenas nove pontos separando Russell, Hamilton, Verstappen e Leclerc na tabela de pontuação. O Mundial de Construtores também ficou interessante, com Red Bull e McLaren empatadas em pontos na terceira posição.

O brasileiro Gabriel Bortoleto, que largou no fundo do grid por conta da troca da unidade de potência, terminou na 13ª colocação em Austin. “Foi uma boa corrida no geral; o carro estava bom e tínhamos ritmo. Ultrapassei bastante gente e me diverti nas disputas. Obviamente, é sempre difícil recuperar posições quando se larga lá de trás, mas é bom sair de Austin com uma sensação positiva”.

A próxima etapa é o GP da Cidade do México, marcado para domingo, 1º de novembro.

Rebeca Andrade conquista tricampeonato mundial no salto sobre a mesa



Rebeca Andrade conquista tricampeonato mundial

Rebeca Andrade se sagrou, no sábado (24), tricampeã mundial no salto sobre a mesa. A brasileira conseguiu a média

14.466 na final, no Mundial de Roterdã, na Holanda. Duas norte-americanas completaram o pódio: Claire Pease (14.233) e Skye Blakely (14.166).

Rebeca Andrade segue fazendo história e consolidando seu nome como a maior atleta olímpica do esporte brasileiro, enquanto a ginástica artística feminina se firma como uma das modalidades mais vitoriosas do país. Dona de seis medalhas olímpicas e agora dez em Campeonatos Mundiais, a brasileira soma 16 pódios entre Jogos Olímpicos e Mundiais de Ginástica Artística. O feito reforça seu legado e amplia uma trajetória marcada por conquistas históricas para o Brasil.

O primeiro salto foi um Yurchenko com dupla pirueta, que lhe rendeu a nota 14.400. Em seguida, realizou um Lopez, que é a base do Cheng, o salto com que faturou duas medalhas olímpicas e os títulos mundiais de 2021 e 2023. A execução bem acima da média deixou a brasileira como a única das finalistas com dois saltos na casa dos 14 pontos.

A brasileira de 27 anos também se iguala à chinesa Cheng Fei, que, até então, era a única tricampeã mundial (2005 a 2007) no salto sobre a mesa.

Rebeca falou sobre o significado da conquista. “Esta medalha tem sabor de retorno. Agora concretizei, em todas as competições de que participei depois

de voltar, sempre consegui bons resultados. Não poderia estar mais feliz. Eu me enxergo como uma pessoa muito realizada, com todas as conquistas possíveis no meu esporte. Hoje as pessoas me veem e me entendem por conta da ginástica. Eu me sinto muito orgulhosa”.

A tricampeã mundial falou também a respeito da importância da preparação. “Eu trabalho muito minha parte física e mental e consigo me sentir preparada para fazer meus movimentos. Está tudo encaixado. Antes eu ficava nervosa, tremia. Mas fazia parte da construção de quem eu queria ser. Hoje consegui manter minha tranquilidade, meu sorriso no rosto, essa cara serena que

as pessoas falam. Sei que estou pronta.”

A participação brasileira neste Mundial se encerrou no domingo (25). Flávia Saraiva conquistou a segunda medalha para o Brasil no Mundial de Roterdã, na Holanda, no último dia da competição. A ginasta carioca, obteve o bronze na trave, com a nota 14.300, depois do ouro de Rebeca Andrade no salto, no sábado. As duas primeiras colocações ficaram com Kaylia Nemour e com a chinesa Qingyang. Ambas registraram a nota 14.566, mas a argelina levou a melhor segundo o critério de desempate, a execução (8.266 contra 8.066).

Detran-SP entra na reta final do maior ciclo de leilões de sua história

O Detran-SP entra na reta final de 2026 para bater a meta de 100 mil veículos incluídos no maior ciclo de leilões de sua história. A nova modelagem das certames foi estruturada para dar mais transparência, segurança e previsibilidade ao processo, ampliando o acesso do cidadão a veículos ofertados por canais oficiais.

O objetivo é tornar a experiência de quem participa dos leilões mais simples e segura: com editais públicos, informações claras sobre os lotes e procedimentos definidos em todas as etapas. Nos casos de veículos destinados à circulação, o bem arrematado é entregue

ao novo proprietário, devidamente desembaraçado de qualquer débito, em até dez dias após o pagamento do arremate. Já os pátios e leilões passam a receber seus pagamentos em até 30 dias após a prestação de contas.

A nova fase é resultado de um trabalho de modernização e saneamento dos procedimentos de leilão do Detran-SP. A revisão das regras, dos fluxos e dos controles permitiu criar uma operação mais organizada, escalável e segura, capaz de ampliar o volume de veículos destinados aos certames sem abrir mão da segurança jurídica e da transparência.

Com o novo fluxo, a expectativa é de que o processo seja concluído, em média, em até 180 dias. A medida reduz a permanência dos veículos nos pátios, melhora a gestão dos espaços e assegura uma destinação mais rápida e adequada.

Os resultados vão além de quem arremata um veículo. A ampliação dos leilões contribui para liberar e organizar os pátios, reduzir a deterioração dos bens custodiados e mitigar impactos ambientais e operacionais associados à permanência prolongada de veículos. Trata-se de uma política de eficiência, regularização e destinação responsável. (Governo de SP)



Foto: Governo de SP

Hantavirose tem letalidade de 51% em SP; Saúde reforça prevenção e diagnóstico precoce



Foto: Divulgação Governo de SP

A identificação precoce é fundamental para a avaliação clínica e o início oportuno dos cuidados necessários, além de permitir que a vigilância epidemiológica investigue o caso e oriente as medidas de prevenção e controle.

A hantavirose apresenta alta letalidade no estado de São Paulo. Desde 2007, foram registrados 199 casos e 101 óbitos, o que corresponde a uma taxa de letalidade de aproximadamente 51%. Em 2026, até setembro, foram confirmados quatro, sendo que um evoluiu para óbito. Diante da gravidade da doença, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo

(SES-SP) reforça a importância da identificação precoce dos casos suspeitos e do início imediato da investigação epidemiológica.

A hantavirose é uma zoonose viral aguda transmitida principalmente pela inalação de partículas contaminadas pela urina, fezes ou saliva de roedores silvestres infectados. No Brasil, a doença se manifesta, em

geral, como Síndrome Cardiorrespiratória por Hantavírus (SCPH), que pode provocar comprometimento respiratório e cardíaco e evoluir rapidamente para quadros graves.

A vigilância epidemiológica atua na investigação dos casos suspeitos, na confirmação laboratorial e na apuração das circunstâncias de exposição. As investigações epidemiológicas e ambientais contribuem para identificar o provável local de infecção, reconhecer fatores de risco e orientar as medidas de prevenção e controle. Os casos suspeitos devem ser notificados imediatamente aos serviços de vigilância, conforme os protocolos vigentes.

Prevenção

A principal medida preventiva é evitar o contato com roedores silvestres e com suas excretas, como urina, fezes e saliva. Para isso, é importante manter ambientes limpos, evitar o acúmulo de entulho e alimentos, armazenar mantimentos em recipientes fechados e vedar frestas e acessos que permitam a entrada de roedores.

Em locais fechados, como galpões, depósitos, paços e imóveis com sinais de presença desses animais, é necessário ventilar o ambiente antes da limpeza, além de utilizar equipamentos de proteção individual como luvas e máscara apropriada ao realizar manipulação ou limpeza. Deve-se evitar varrer a seco ou levantar poeira, priorizando procedimentos de limpeza úmida que reduzam o risco de dispersão de partículas contaminadas.

Sinais de alerta

Pessoas que tenham frequentado locais com presença ou vestígios de roedores silvestres e apresentem febre, dores no corpo, mal-estar, náuseas, vômitos, dor abdominal, tosse ou falta de ar devem procurar atendimento médico imediatamente e informar a possível exposição.

A identificação precoce é fundamental para a avaliação clínica e o início oportuno dos cuidados necessários, além de permitir que a vigilância epidemiológica investigue o caso e oriente as medidas de prevenção e controle. (Governo de SP)

Governo regulamenta fundo para fortalecer ações de prevenção e resposta a desastres

O Governo de São Paulo regulamentou o Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDeC), destinado a reunir recursos para financiar ações de prevenção de desastres, atendimento à população e recuperação de áreas atingidas por situações de emergência ou calamidade pública.

O decreto entrou em vigor após análise e articulação da Casa Civil para regulamentação da Lei Estadual 18.068, de 2024. Na prática, o objetivo é contribuir para a proteção da população, tanto por meio de ações que ajudam a reduzir riscos quanto pelo atendimento a municípios afetados por desastres.

O FUNPDeC funciona como uma estrutura específica para reunir e administrar recursos destinados às ações de proteção e defesa civil. O dinheiro pode vir de transferências da União, contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, doações e outras fontes previstas na legislação.



Foto: Governo de SP

Um conselho será responsável por acompanhar a aplicação dos recursos, definir critérios de prioridade, aprovar projetos e analisar as prestações de contas. Sua composição inclui representantes da Defesa Civil e de organizações da sociedade civil com conhecimento na área de gestão de riscos e desastres.

A regulamentação estabele-

ce as regras de funcionamento de um instrumento financeiro voltado à proteção da população paulista.

Com o fundo, o Estado dispõe de uma estrutura específica para financiar ações de prevenção, monitoramento e recuperação, além de apoiar municípios em situações de emergência ou calamidade pública

reconhecidas oficialmente.

Ações integradas

O Governo de São Paulo anunciou em outubro um conjunto de medidas para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, fruto de uma ação integrada baseada em planejamento, inovação e infraestrutura, desenvolvida de forma contínua desde 2023. A estratégia reúne 181 iniciativas integradas do Plano Estadual de Resiliência às Mudanças Climáticas (PEARC), com investimentos de R\$ 29 bilhões.

Outro reforço apresentado é a São Paulo Sempre Alerta – Operação El Niño 2026/2027, que substitui a tradicional Operação Chuvas, a criação de um Gabinete Especial para coordenar as ações, além do estabelecimento de níveis de alerta para os municípios e a emissão de boletins diários para orientar a atuação do poder público diante dos riscos de tempestades e ondas de calor. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



HISTÓRIAS

Eleição Presidencial [volta das diretas 1989]: Fernando Collor (PRN) derrotou Lula da Silva (PT), começando a história que teve em 2026 a 10ª eleição pós-Constituinte 1988. Na eleição presidencial 1994, ...

DAS

... Fernando Henrique Cardoso (PMDB) derrotou o ex-deputado federal Constituinte Lula da Silva (fundador do PT). Eleição Presidencial 1998: Fernando Henrique Cardoso concorreu à reeleição do cargo, ...

ELEIÇÕES

... pelo PSDB do qual foi fundador em 1988, vencendo já no 1º turno o Lula da Silva [dominando o PT]. Eleição Presidencial 2002: Lula da Silva [já dono do PT] venceu pela 1ª vez a disputa, derrotando ...

PRESIDENCIAIS

... José Serra (fundador do PSDB). Eleição Presidencial 2006: presidente Lula [dono do PT], derrotou Geraldo Alckmin (fundador do PSDB), que por ironia é seu vice-presidente [agora no PSB] e também candidato ...

NA

... à reeleição 2026. Eleição 2010: não podendo ser reeleito pela 2ª vez, Lula da Silva [dono do PT] elegeu a 1ª mulher presidente, Dilma Rousseff [sem história no PT]. Eleição 2014: Dilma Rousseff derrotou ...

REPÚBLICA

... Aécio Neves (PSDB) e foi reeleito. Em 2016, Dilma (PT) foi cassada pelo Senado e seu vice, Michel Temer (PMDB) hoje MDB assumiu o cargo. Eleição 2018: com Lula condenado e preso. O deputado federal...

DO

... Bolsonaro (PSL) venceu Haddad (PT), sendo eleito. Eleição 2022: a volta de Lula via supremo livrando da prisão...

BRASIL

... [perdoado] pelo STF foi candidato e venceu o Bolsonaro (PL). Eleição 2026: Lula (PT) venceu o filho do Bolsonaro (PL) atingindo seu 4º mandato presidencial

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Cantem hinos a Deus, o Senhor, todos os moradores da terra! Adorem o Senhor com alegria e venham cantando até a sua presença" Salmos 100.1,2 (NTLH)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

CDHU alerta população sobre cobranças indevidas para acesso a imóveis

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) alerta a população que não cobra taxas de reserva ou valores antecipados para garantir acesso a seus imóveis. Os processos de inscrição e seleção de famílias são gratuitos e seguem critérios específicos, conforme a modalidade de atendimento habitacional, podendo ocorrer por sorteio público eletrônico ou indicação técnica das prefeituras para demandas específicas, como o atendimento a famílias que vivem em áreas de risco.

As inscrições são realizadas apenas nos períodos estabelecidos e divulgados pelos canais oficiais da Companhia. A CDHU não autoriza intermediários, cor-

retadores ou agentes externos a oferecer ou garantir unidades habitacionais mediante pagamento.

Abordagens que envolvam cobranças indevidas em nome da Companhia devem ser denunciadas às autoridades policiais, por meio de boletim de ocorrência.

Para evitar golpes, a CDHU orienta os cidadãos a buscar informações exclusivamente pelos canais oficiais, como o portal (www.cdhu.sp.gov.br) e o telefone 0800 000 2348. A Companhia também recomenda que a população não realize pagamentos nem forneça dados pessoais a pessoas que prometam facilitar ou garantir o acesso a uma unidade habitacional. (Governo de SP)



Foto: Governo de SP

As inscrições são realizadas apenas nos períodos estabelecidos e divulgados pelos canais oficiais da Companhia.

BC reforça regras de proteção ao consumidor nas ofertas de crédito

As propagandas de empréstimos obedecerão a novas regras a partir do próximo ano, decidiu na última sexta-feira (23) o Banco Central (BC). O órgão aprovou três resoluções para reforçar a proteção dos consumidores na contratação de crédito.

As mudanças também criam um painel para consulta de dívidas e aumentam as exigências para a oferta de crédito durante transações pelo Pix.

As medidas buscam evitar ofertas inadequadas, dar mais clareza sobre os custos dos empréstimos e ajudar os clientes a avaliar se conseguem assumir novas dívidas. As regras também prevêm proteção adicional para pessoas em situação de vulnerabilidade financeira.

As resoluções serão implementadas em etapas. A regulamentação sobre ofertas ativas de crédito começa a valer em 31 de março de 2027. As regras sobre o Painel de Dívidas Consolidadas e sobre a oferta de crédito no Pix entram em vigor em 1º de julho de 2027.

O que muda?

As três resoluções tratam de situações diferentes da relação entre bancos e clientes:

Resolução BCB 601: determina a disponibilização de um painel com informações sobre dívidas, além de simulações de custos e alertas antes de novas contratações.

Resolução BCB 602: permite bloquear propagandas e ofertas ativas de crédito e estabelece proteção adicional para clientes em situação de vulnerabilidade financeira.

Resolução BCB 603: estabelece regras para ofertas de crédito durante a iniciação de transações pelo Pix, incluindo consentimento prévio e intervalo mínimo antes da primeira oferta.

Bloqueio de ofertas

Com vigência prevista para 31 de março de 2027, a Resolução BCB 602 estabelece regras para as ofertas ativas de crédito, como propagandas e mensagens

que bancos e outras instituições financeiras enviam aos clientes para oferecer empréstimos e outros produtos.

Com a mudança, as instituições deverão disponibilizar um mecanismo claro para que o consumidor bloqueie esse tipo de publicidade.

Para clientes em situação de maior vulnerabilidade financeira ou com risco de endividamento excessivo, haverá exigências adicionais: as ofertas dependerão de autorização prévia, específica e inequívoca do cliente.

Nesses casos, as ofertas autorizadas deverão ter como objetivo melhorar as condições financeiras do consumidor, sem disponibilizar novos recursos para contratação de dívidas.

Veja exemplos de operações permitidas nesse contexto: Renegociação: substituir uma dívida por condições de pagamento mais adequadas.

Portabilidade: transferir uma operação de crédito para outra instituição, conforme as regras aplicáveis.

Migração de produto: trocar uma modalidade de crédito por outra com condições mais vantajosas.

A medida não impede o cliente de procurar espontaneamente um banco, pesquisar opções e contratar produtos financeiros. O foco é aumentar o controle sobre as ofertas que chegam até ele.

Quando começa: 31 de março de 2027.

Painel de dívidas

Em vigor a partir de 1º de julho, a Resolução BCB 601 prevê que as instituições financeiras disponibilizem aos clientes o Painel de Dívidas Consolidadas. A ferramenta reunirá informações sobre operações de crédito para facilitar a compreensão do endividamento e do comprometimento da renda.

Na prática, o painel deverá ajudar o consumidor a visualizar quanto deve e avaliar melhor o impacto de assumir uma nova

obrigação financeira.

Antes de uma nova contratação, as instituições também deverão apresentar simulações dos custos da operação e de seus efeitos financeiros, acompanhadas de alertas quando houver situações de maior risco.

O que o painel deverá oferecer?

Informações sobre dívidas: consulta às operações de crédito mantidas na própria instituição; Simulações de custos: estimativas para ajudar o cliente a entender o impacto financeiro de um novo empréstimo; Alertas de risco: avisos sobre situações que possam comprometer a capacidade de pagamento; Ampliação dos dados: incorporação posterior de informações do Sistema de Informações de Créditos (SCR) e do Open Finance.

O SCR é uma base de informações sobre operações de crédito mantida pelo Banco Central. Já o Open Finance permite o compartilhamento autorizado de dados financeiros entre instituições participantes.

Inicialmente, o painel contemplará as operações mantidas na própria instituição financeira. Em uma etapa posterior, a integração com o SCR e o Open Finance permitirá ampliar a visão sobre as dívidas do cliente em diferentes instituições.

A ampliação dessas informações poderá ajudar o consumidor a ter uma visão mais abrangente de sua situação financeira e a identificar o peso das dívidas no orçamento.

Crédito durante o Pix

Também com vigência a partir de 1º de julho, a Resolução BCB 603 estabelece novas exigências para a oferta de crédito durante a iniciação de transações pelo Pix.

A medida busca evitar que o consumidor seja levado a contratar um empréstimo sem compreender adequadamente as condições da operação ou sem ter tempo suficiente para avaliar a proposta.

Entre as exigências estão:

Consentimento específico: a oferta de crédito dependerá de autorização prévia do usuário; Prazo mínimo: deverá haver um intervalo de pelo menos 24 horas entre a habilitação da oferta e a apresentação da primeira oferta de crédito; Simulador: as instituições deverão disponibilizar ferramentas para simular as condições do crédito; Consulta de operações: os clientes terão acesso a um ambiente para consultar as operações contratadas; Regras adicionais: a resolução estabelece restrições para determinadas modalidades do Pix e regras para devoluções relacionadas a operações de crédito.

Uma das principais distinções é que a nova regulamentação não altera o recebimento normal de uma transferência pelo Pix: o beneficiário continuará recebendo o valor de forma instantânea e integral.

O foco das regras é a oferta de crédito associada à iniciação de transações, e não o funcionamento básico do sistema de pagamentos.

Como afeta o consumidor?

As mudanças procuram dar ao cliente mais condições de avaliar propostas, controlar a publicidade recebida e compreender o impacto das dívidas antes de contratar novos empréstimos.

Na prática, o consumidor terá os seguintes benefícios: Mais controle sobre propagandas e ofertas ativas de crédito; Proteção adicional em situações de vulnerabilidade financeira; Informações mais organizadas sobre as dívidas e a capacidade de pagamento; Simulações e alertas antes de assumir novos compromissos; Mais transparência nas ofertas de crédito relacionadas ao Pix.

As medidas, informou o BC, também buscam reduzir o risco de superendividamento, situação em que o consumidor acumula dívidas que comprometem sua capacidade de pagar as despesas e obrigações financeiras. (Agência Brasil)

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



CACAUA NATA ATLÂNTICA

Com o objetivo de diversificar a produção, gerar renda e contribuir para a conservação ambiental, o cultivo do cacau consorciado com bananeiras, juçara, abacateiros e goiabeiras foi destaque no Encontro sobre a Cultura do Cacau em Peruibe (SP), realizado pela Casa da Agricultura de Peruibe e pela CATI Regional Santos. O evento reuniu 25 participantes, entre produtores rurais, representantes de comunidades tradicionais, técnicos, produtores de chocolate artesanal e instituições ligadas aos setores agropecuário e ambiental.

SANTACATARINA

O ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, realizou, dia 19/10, uma coletiva de imprensa na sede do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), em Brasília (DF), para esclarecer a confirmação de um foco da doença de Newcastle em um estabelecimento de avicultura comercial de corte de perus, localizado em Nova Itaberaba, Santa Catarina. Também esteve presente o secretário-executivo, Cleber Soares.

CNA: CONFIANÇA

Diante da confirmação de um foco da doença de Newcastle em uma granja comercial de perus em Nova Itaberaba, no Oeste de Santa Catarina, a CNA reafirma sua confiança no sistema brasileiro de defesa sanitária e no compromisso dos produtores rurais e da agroindústria com a biossegurança. Em Comunicado Técnico, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil ressalta que o país conta com um sistema de defesa agropecuária sólido, capaz de identificar, conter e controlar ocorrências dessa natureza.

FUNGO DO TRIGO

Uma pesquisa desenvolvida pela Embrapa Meio Ambiente (SP) e pela Universidade de São Paulo (USP) destaca uma nova estratégia para o controle biológico de doenças do trigo, baseada no manejo da comunidade de microrganismos associados às raízes. Em experimentos realizados sob condições controladas, bactérias benéficas reduziram em cerca de 60% a severidade de doenças provocadas pelo fungo *Bipolaris sorokiniana*, demonstrando potencial para reduzir a dependência de fungicidas químicos no manejo da cultura.

MOGIDAS CRUZES

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), anunciou uma linha de crédito emergencial para auxiliar produtores rurais de Mogi das Cruzes prejudicados pelas fortes chuvas registradas em setembro de 2026. O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) destinou R\$ 2 milhões à iniciativa, com financiamentos de até R\$ 30 mil por produtor, juros de 3% ao ano, prazo de pagamento de até 60 meses e carência de até 12 meses.

REGULAMENTO EUROPEU ANTIDESMATAMENTO

O Departamento Econômico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faeap) elaborou um Informe Técnico que analisa as principais atualizações realizadas entre 2023 e 2026 no Regulamento Europeu sobre Produtos Livres de Desmatamento (EUDR). Integrante do Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal), a normativa estabelece que commodities agropecuárias comercializadas na União Europeia devem ter sua origem comprovadamente livre de desmatamento.

AMÉRICA LATINA E CARIBE

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Associação Latino-Americana de Avicultura (ALAA) lançaram uma versão atualizada da ferramenta "Sistematização e atualização das regulamentações do comércio internacional para o setor avícola da América Latina e do Caribe". A publicação reúne as principais normas que impactam a produção e o comércio avícola.

FÓRUM MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO 2026

O diretor-geral da FAO, QU Dongyu, afirmou que o fortalecimento da segurança hídrica e alimentar depende do uso mais eficiente dos recursos, de uma distribuição mais justa e da adoção de práticas circulares e regenerativas. A declaração foi feita durante uma sessão de alto nível do Diálogo de Roma sobre Água 2026, realizada paralelamente ao Fórum Mundial da Alimentação (WFF). (Com informações de assessorias e IAA)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

Prazo para empresas escolherem modelo do Simples acaba na sexta

Os micro e pequenos empresários precisam ficar atentos. Acaba na sexta-feira (30) o prazo para a escolha do regime tributário que entrará em vigor em janeiro, com a reforma tributária.

Os negócios que desejarem recolher o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) pelo regime regular terão até sexta-feira para registrar a opção. Quem não fizer a escolha continuará a recolher pelo regime simplificado, que tem uma alíquota variável por tipo e tamanho de negócio posteriormente rateada em diversos tributos.

Também na sexta-feira acaba o prazo para as empresas regularizarem as pendências que impediram o ingresso no Simples Nacional. O prazo de opção pelo regime acabou no dia 15.

O Simples Nacional é um regime simplificado de tributação para quem fatura até R\$ 4,8 milhões por ano. Por causa do novo sistema tributário, o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) antecipa a escolha do regime tributário.

As empresas que desejarem ingressar no regime em 2027 fizeram o pedido até 30 de outubro. Até então, a opção pelo Simples era realizada em janeiro de cada ano.

A data limite acabaria em 30 de setembro, mas, após diálogo com o Conselho Federal de Contabilidade e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o CGSN estendeu o prazo para 15 de outubro.

O novo prazo foi regulamentado por resolução do CGSN editada no fim de setembro. As normas incorporaram ao regime simplificado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributos criados pela reforma tributária sobre o consumo.

As micro e pequenas empresas têm de 3 de novembro a 20 de dezembro para desistir das opções. O prazo vale tanto para reverter a inclusão no Simples como para cancelar o recolhimento do IBS e da CBS a partir de 2027.

O que muda

A nova regra vale para empresas que ainda não são optantes pelo Simples Nacional e que

rem utilizar o regime a partir de janeiro de 2027.

Os novos prazos são: 1º de setembro a 15 de outubro de 2026: período para solicitar a opção pelo Simples Nacional para 2027; 1º de setembro a 30 de outubro de 2026: escolha do regime regular da CBS e do IBS para o primeiro semestre de 2027; 30 de outubro de 2026: regularização de pendências que tenham impedido opção pelo Simples Nacional; 3 de novembro a 20 de dezembro de 2026: prazo para desistir das opções.

As seguintes datas estão mantidas: 1º de janeiro de 2027: início dos efeitos da opção; 31 de março de 2027: nova oportunidade para escolher o recolhimento do IBS e da CBS pelo regime regular, com efeitos no segundo semestre.

Criada por causa da transição para o novo sistema tributário, a alteração busca dar mais previsibilidade às empresas antes do início do ano-calendário.

IBS e CBS

Outra mudança envolve a forma de recolhimento do IBS e da CBS. A empresa poderá permanecer no Simples Nacional e, simultaneamente, optar pelo recolhimento desses dois tributos pelo regime regular.

Para o primeiro semestre de 2027, a escolha deveria ter sido feita em setembro, com validade de janeiro a junho.

Quem não fez a opção pelo regime regular nesse período permanecerá, no primeiro semestre, com IBS e CBS dentro da sistemática do Simples.

A decisão poderá ser revista em março de 2027, com efeitos para o segundo semestre.

A escolha pode ter impacto especialmente para empresas que vendem, para outras empresas, de bens ou serviços, pois as mesmas podem ser identificadas antes do início do ano. Em caso de indeferimento por problemas que possam ser regularizados, a empresa terá prazo para corrigir a situação.

Por isso, a avaliação do regime não deve considerar apenas a alíquota. Também entram na análise fatores como: perfil dos clientes; cadeia de fornecedores; possibilidade de geração e aproveitamento de créditos; formação de preços; impacto dos novos tributos no fluxo financeiro.

Optantes

Quem já está no Simples Nacional, em regra, não precisa solicitar novamente a permanência no regime.

Ainda assim, é recomendado verificar a situação fiscal da empresa em setembro deste ano para identificar eventuais pendências ou exclusões para 2027.

As empresas que permanecerem no Simples e não quiserem recolher IBS e CBS pelo regime regular não precisarão fazer uma nova opção.

Quem quiser retirar esses dois tributos da sistemática do Simples deverá formalizar a escolha dentro do prazo estabelecido.

As empresas abertas entre 1º de outubro e 31 de dezembro de 2026 terão uma regra específica.

Nesse caso, a opção pelo Simples Nacional feita no momento da inscrição do CNPJ produzirá efeitos tanto para o período restante de 2026 quanto para todo o ano de 2027.

A escolha relacionada ao IBS e à CBS pelo regime regular também poderá ser feita na abertura da empresa, com efeitos a partir de janeiro de 2027.

Se o empresário não quiser permanecer no Simples em 2027, poderá solicitar a exclusão por opção até o último dia de 2026.

Desistência

A antecipação da opção também criou uma possibilidade de desistência.

Quem fez o pedido até 15 de outubro poderá cancelar a solicitação até 30 de novembro de 2026. O cancelamento, porém, será irretratável. Isso significa que, depois de desistir, a empresa não poderá fazer uma nova opção para produzir efeitos em 2027.

A antecipação também permite que eventuais pendências sejam identificadas antes do início do ano. Em caso de indeferimento por problemas que possam ser regularizados, a empresa terá prazo para corrigir a situação.

Regra do MEI

A mudança não altera o calendário de opção pelo Simi, sistema aplicável ao Microempreendedor Individual (MEI).

Para o MEI, a opção pelo Simi continua sendo realizada em janeiro de cada ano, até o último dia útil do mês.

Dessa forma, a antecipação para setembro não deve ser confundida com as regras específicas aplicáveis aos microempreendedores individuais.

NFS-e nacional

Outra mudança anunciada pelo CGSN envolve a emissão da Nota Fiscal de Serviço eletrônico (NFS-e) no emissor nacional.

A obrigatoriedade para empresas optantes pelo Simples Nacional foi adiada de 1º de setembro para 1º de novembro de 2026.

O adiamento busca dar mais tempo para municípios e empresas realizarem adaptações tecnológicas e operacionais.

Entre as providências recomendadas estão: testar a emissão das notas; verificar a integração com sistemas de gestão; conferir a parametrização dos dados fiscais; preparar os procedimentos internos antes do início da implementação.

A regulamentação também altera a forma de prestação de informações fiscais e socioeconômicas. A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Delfis) deixará de ser apresentada como declaração separada. As informações passarão a ser incorporadas ao Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PDAS-D), com entrega anual de janeiro a março.

A mudança faz parte da adaptação do Simples Nacional ao novo modelo tributário.

Com setembro concentrando decisões relevantes para o próximo ano, especialistas recomendam que empresas e contadores antecipem a análise tributária. A escolha entre manter IBS e CBS ou recolher os tributos pelo regime regular pode produzir efeitos diferentes dependendo do setor, dos fornecedores e do perfil dos clientes.

Por isso, antes de formalizar a opção, a recomendação é que a micro e pequena empresa simule os dois cenários, além de revisar os sistemas, a emissão de notas fiscais e planejar o caixa para 2027. (Agência Brasil)

AGRO CARTOON

PICAZO



Superior Tribunal de Justiça permite reajuste de seguro de vida por idade

Moraes manda Flávio entregar passaporte e o proíbe de deixar o país

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu na segunda-feira (26) o senador Flávio Bolsonaro (PL) de deixar o país. Pela decisão, o parlamentar foi obrigado a entregar seus passaportes à Polícia Federal (PF).

A decisão está em segredo de justiça e foi tomada pública pelo senador em suas redes sociais. A ordem judicial faz parte do processo em que Flávio e o advogado Willer Tomaz são investigados no STF.

"Hoje de manhã, eu fui visitar meu pai. Quando eu estava saindo, a Polícia Federal do Lula estava na porta da casa dele e, no meio da rua, eu fui intimado a entregar meus passaportes e também estou proibido de deixar o país", relatou.

Na semana passada, Moraes determinou o bloqueio de até R\$ 6 bilhões do advogado, investigado por suspeitas de lavagem de dinheiro relacionado a negócios envolvendo bets.

Conforme a apuração preliminar da Polícia Federal, Flávio seria beneficiário de recursos da Alcazar Holdings, uma empresa sediada na Ilha da Madeira, em Portugal, e que também é investigada pela PF.

Irmão nos Estados Unidos

Segundo Flávio, a decisão de Moraes está baseada em uma fala de seu irmão, Eduardo Bolsonaro, que está nos Estados Unidos, apesar de constar contra ele um mandado de prisão em aberto no Brasil. Na declaração, dita na semana passada, o deputado federal cassado defendeu que Flávio deveria deixar o Brasil se perdesse a eleição.

O senador questionou a decisão do ministro Alexandre de Moraes de impedi-lo de viajar.

"Isso é motivo para tirar meu passaporte? Isso é justi-

ça? Essa decisão foi tomada no domingo à noite, logo depois do resultado da eleição. Se eu tivesse ganhado as eleições, iria acontecer a mesma coisa?", indagou.

Eduardo Bolsonaro foi condenado a quatro anos de prisão por articular sanções contra autoridades brasileiras e o tarifado dos Estados Unidos contra as exportações do país, em uma tentativa de evitar a condenação de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no processo da trama golpista.

Derrota nas eleições

Flávio Bolsonaro disputou o segundo turno das eleições presidenciais com Luiz Inácio Lula da Silva, que foi reeleito no último domingo (25) com uma vantagem de mais de 4 milhões de votos.

Apesar disso, o candidato do PL não reconheceu a vitória do adversário e disse, em seu discurso após a apuração, que pedirá a anulação do pleito. O senador contestou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Cristiano Zanin que determinou a ampliação do horário de votação em duas horas.

Zanin atendeu a um pedido da campanha do PT, que denunciou falta de transportes em diversas cidades do Brasil, o que descumpriria a decisão da Justiça Eleitoral de oferta de transporte gratuito no dia das eleições.

Entretanto, tanto a campanha de Lula quanto a do próprio Flávio haviam feito o pedido de extensão do horário de votação ao Tribunal Superior Eleitoral, que não tomou uma decisão antes do fechamento das urnas. No caso da campanha de Flávio, a justificativa apresentada eram fortes chuvas nas regiões Sul e Sudeste, que dificultaram o deslocamento do eleitor. (Agência Brasil)

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que contratos de seguro de vida coletivo podem prever aumentos no preço conforme a idade do segurado. Para que o reajuste seja válido, porém, a possibilidade precisa estar prevista no contrato, ser informada ao cliente nas renovações e respeitar as regras do setor.

Na prática, isso significa que o preço de um seguro de vida coletivo pode aumentar conforme o segurado envelhece. A decisão foi tomada por unanimidade de pela Segunda Seção do tribunal e divulgada no Informativo de Jurisprudência 906, publicado na última terça-feira (20).

O tribunal também afirmou que não é necessário comprovar, em cada caso, que o reajuste corresponde exatamente a um aumento do risco de morte ou de acidente daquela pessoa. A vali-

dade depende do cumprimento das condições contratuais e das regras aplicáveis.

Os ministros entenderam que as regras que limitam reajustes por idade nos planos de saúde não podem ser aplicadas automaticamente aos seguros de vida. Os dois produtos seguem normas diferentes.

O tema dos reajustes por idade em planos de saúde está em discussão no STF (Supremo Tribunal Federal). A Suprema Corte analisa a aplicação do Estatuto do Idoso a contratos de planos de saúde assinados antes de 2004. Em outubro, após impasse no julgamento, o caso foi encaminhado para uma tentativa de conciliação.

Hoje o plano de saúde individual ou familiar pode ficar mais caro de duas formas. Pelo reajuste anual, a ANS (Agência Nacio-

nal de Saúde Suplementar) fixa um índice máximo permitido. Para o ciclo 2026/2027 o teto é de 5,11%, válido para contratos com aniversário entre maio de 2026 e abril de 2027. O índice só vale a partir do mês de aniversário do contrato. Já os planos coletivos não têm reajuste limitado.

Também há o reajuste por mudança na faixa etária, que está em discussão no STF. O percentual precisa estar no contrato, e as regras e faixas dependem da data da contratação, no entendimento dos planos de saúde. Já para entidades de defesa do consumidor, o último reajuste por idade deveria ocorrer no aniversário de 59 anos, para todos os contratos.

- Até 2 de janeiro de 1999: vale o que estiver escrito no contrato.

- De 2 de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2004: sete faixas, de

0 a 17 anos até 70 anos ou mais. O preço da última pode ser, no máximo, seis vezes o da primeira. Quem tem mais de 60 anos e participa do mesmo contrato há mais de dez anos não pode sofrer aumento por mudança de faixa.

- Após 1º de janeiro de 2004: dez faixas, sendo a última a de 59 anos ou mais. O valor dela não pode passar de seis vezes o da primeira, e a variação entre a sétima e a décima faixas não pode superar a variação entre a primeira e a sétima.

Nos contratos feitos depois do Estatuto do Idoso, a última faixa é a de 59 anos ou mais, e por isso não há novo aumento por idade a partir dos 60. Os contratos anteriores a 2004 são os que ainda preveem aumentos aos 60 anos e depois, e é a eles que o STF decide se a proibição se aplica. (Folhapress)

Presidente sinaliza a aliados que pode indicar Fonteles para Fazenda; governador do PI aceitaria deixar o cargo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sinalizou a aliados que quer o governador do Piauí, Rafael Fonteles, em sua equipe no quarto mandato, e a vaga mais cotada é o comando do Ministério da Fazenda.

Lula considera que ele é politicamente preparado para o cargo, e auxiliares do presidente afirmam que o governador reeleito do Piauí reúne preparo técnico e densidade eleitoral para ocupar a pasta, considerada a mais importante da Esplanada dos Ministérios.

Fonteles já sinalizou a pessoas próximas de Lula que toparia renunciar ao cargo, apesar da votação expressiva e retomada em seu estado. Embora seja politicamente complicado desistir do segundo mandato "uma vez que ele teria que renunciar", aliados do governador afirmam que ele é focado e gosta de desafios.

Esses mesmos auxiliares relatam que o governador aceitaria a função, se o presidente Lula lhe oferecesse o cargo como uma missão.

Não houve, porém, até agora, nenhuma decisão de Lula. O vice-presidente Geraldo Alckmin

também é um nome citado para a função, em caso de fracasso da opção Fonteles, e não se descartaria até um nome de mercado.

Já o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, deve ficar no cargo. Moretti tem a confiança do presidente pelo seu preparo técnico e habilidade de negociação no Congresso.

Pessoas próximas observam que Fonteles se posicionou para assumir um espaço de destaque em eventual governo Lula 4 ainda durante as eleições. Trocou o vice e escolheu Washington Bandeira, que era secretário de Educação e pessoa de sua confiança. Enfrentou desafios locais do PT para emplacar esse nome.

Aliados do governador afirmam que ele é pragmático e tem como vice-governador na chapa vitoriosa um amigo de confiança, facilitando uma eventual saída do cargo.

Na função de um dos coordenadores da campanha presidencial no segundo turno, Fonteles foi quem orientou Lula nos debates ao lado do senador Camilo Santana (PT-CE) e do ministro da Secom (Secreta-

ria de Comunicação), Sidônio Palmeira. No discurso da vitória, no domingo (25), recebeu elogio especial de Lula.

Em 2022, quando foi eleito pela primeira vez para o governo do estado, Fonteles era apontado como o "Tarcísio da esquerda", numa referência ao governador de São Paulo, que naquele ano também foi eleito para o cargo com apoio de Jair Bolsonaro.

Na época, petistas da área econômica apontavam que ele ganharia preeminência na política nacional pelo desempenho à frente da Secretaria da Fazenda durante o governo Wellington Dias, quando foi uma espécie de "ministro da Fazenda" dos estados ao comandar o Comefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal) no biênio 2019-2021. Com apenas 37 anos à época, ele era visto como um nome para a renovação do PT.

Mas ao longo do terceiro mandato de Lula, essa projeção no cenário nacional como contraponto a Tarcísio não aconteceu. O espaço acabou ocupado por Fernando Haddad, que concorreu com Tarcísio nas eleições

deste ano a pedido de Lula.

Um amigo próximo do governador atribuiu o fato de Fonteles não ter ganhado espaço de influência maior no governo Lula 3, como se esperava no início, à pouca idade. Segundo esse colega, para os petistas da velha guarda, Fonteles é "um baby", com pouca história política no partido, que teria que enfrentar a fila antes de ser alçado a nome para suceder Lula.

No domingo (25), reportagem da Folha de S. Paulo mostrou que o governador do Piauí já era citado como um dos cotados para o cargo, além de Gabriel Galipolo, presidente do Banco Central, e nos suavizar muito a imagem fiscal para o próximo mandato", afirmou.

Um executivo de uma grande instituição financeira, ouvido pela reportagem, disse que auxiliares do presidente já tinham sondado o nome de Alckmin para o cargo junto ao mercado antes do segundo turno, mas a recepção não foi calorosa. Ele não vê resistência do mercado ao nome de Fonteles, mas a preferência é pelo presidente do BC. (Folhapress)

Tesouro recompra R\$ 7,1 bi em títulos prefixados em meio à disparada das taxas

Em meio à forte pressão sobre os ativos brasileiros na segunda-feira (26), após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Tesouro Nacional realizou, no fim da manhã, um leilão de recompra de títulos prefixados, aplicações de renda fixa cuja taxa de juros é definida no momento da compra.

O Tesouro recomprou do mercado 5 milhões de NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional, Série F) com prazo de cinco anos, 2,4 milhões com prazo de sete anos e 1 milhão com prazo de dez anos. O volume total da operação ficou próximo de R\$ 7,1 bilhões.

A vitória de Lula na disputa pelo Planalto provocou uma forte alta das taxas dos títulos públicos e dos contratos de DI (Depósito Interfinanceiro), utilizados como referência para os juros futuros. Ao recomprar títulos em circulação, o Tesouro busca reduzir a pressão vendedora e conter movimentos bruscos nas taxas.

Mais cedo, o Tesouro havia anunciado também o cancelamento dos leilões de títulos prefixados e atrelados à inflação previstos para terça-feira (27) e quinta-feira (29).

Segundo Eduardo Marocke, head de renda fixa da Faz Capital, a volatilidade provocada pelo resultado eleitoral atingiu também o mercado de renda fixa, levando a interrupções nas negociações do Tesouro Direto.

"Quando as taxas mudam muito rápido, o preço fica velho, ele percebe muito rápido. Então, o Tesouro pausa as negociações de prefixados e IPCA+, para o investidor não comprar algo que não existe mais, basicamente", afirma.

O especialista compara essas suspensões ao circuit breaker da Bolsa, mecanismo que interrompe temporariamente as negociações em momentos de quedas acentuadas.

Já a recompra de títulos funciona de maneira diferente. Segundo Marocke, o Tesouro entra no mercado como comprador, oferecendo uma alternativa aos investidores institucionais que querem vender seus papéis. Com isso, busca reduzir a pressão de venda e evitar uma disparada ainda mais das taxas de juros.

Ele explica que a medida também busca preservar o funcionamento do mercado de títulos públicos, cujas taxas servem de referência para outras operações financeiras, como empréstimos bancários, crédito privado e financiamento de empresas.

"Quando todo mundo quer vender ao mesmo tempo e falta comprador, a taxa sobe além do que os fundamentos justificam por falta de liquidez", afirma.

Segundo Marocke, o objetivo é reduzir os efeitos da volatilidade excessiva para que os preços voltem a refletir as condições do mercado. (Agência Brasil)

Orçamento de 2027 será peça-chave para Lula corrigir rota no fiscal, diz ex-secretário do Tesouro

Os ajustes na proposta de Orçamento para 2027 serão peça-chave para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reeleito no domingo (25), acenar com uma correção de rota na política fiscal, avalia Jefferson Bittencourt, chefe de macroeconomia no ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional.

Segundo ele, o petista terá no máximo um mês para dar as sinalizações necessárias e retomar a credibilidade junto ao mercado financeiro, que já reage mal à reeleição a partir desta segunda-feira (26). A aposta do mercado era que o senador e candidato Flávio Bolsonaro (PL), derrotado nas urnas, seria eleito e reuniria melhores condições de reequilibrar as contas do país.

Uma primeira sinalização importante seria a indicação de um novo ministro da Fazenda, afirma o economista. Para ele, a formação de uma nova equipe econômica pode ajudar a criar uma perspectiva de mudança e dar a Lula o "benefício da dúvida", algo que ele não terá caso decida manter o time atual.

"Qualquer um que ganhasse teria que dar uma sinalização em 2026 ainda, nesses dois meses que faltam. Só que a sinalização do Flávio poderia ser muito mais tênue, considerando que não é governo. No caso da vitória do Lula, essa sinalização vai ter que ser bastante forte. Vai ter que ter uma indicação de um Orçamento, de uma busca mais contundente do resultado previsto", afirmou.

"É impossível recuperar a credibilidade da política fiscal com uma equipe mais ou menos como essa que está aí? Não, não é impossível, mas o custo é muito mais alto. Precisa entregar muito mais. Ele [Lula] poderia ter o benefício da dúvida caso ele apre-

sentasse um nome diferente dos que hoje formam e formaram a equipe econômica [no terceiro mandato]", acrescentou.

O ex-secretário ressalta que as sinalizações sobre a nova equipe econômica passam, inclusive, pela nomeação dos novos diretores do Banco Central. Hoje, duas cadeiras estão vagas aguardando indicação, e outras duas ficaram abertas em 28 de fevereiro de 2027.

Em agosto, o governo enviou o PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2027 com uma previsão de superávit efetivo de R\$ 18,6 bilhões, já incluindo nessa conta as despesas que ficam fora das regras fiscais.

Ao longo da campanha, porém, o petista adotou medidas e fez promessas que ainda não estão contempladas na proposta, como o perdão de dívidas a microempreendedores, o Pix de R\$ 5.000 para MEIs, a ampliação do teto de faturamento para se enquadrar na modalidade, o reajuste do Bolsa Família, a tarifa zero aos fins de semana no transporte público urbano e a compra de dívidas antigas de pessoas físicas.

Ao todo, as medidas podem representar até R\$ 45,6 bilhões em despesas extras, e o governo calcula que será necessário abrir espaço de aproximadamente R\$ 20 bilhões para acomodá-las —o saldo restante seria contemplado dentro das próprias rubricas ou compensado pela estimativa menor de gastos com benefícios previdenciários.

O governo ainda precisará excluir cerca de R\$ 8 bilhões em receitas com as quais contava e não terá mais, entre elas a tributação das bets, proibidas por uma MP (medida provisória) editada por Lula.

Tais impactos serão incorporados pelo Executivo por meio de

uma mensagem modificativa ao PLOA, documento em que o governo altera a sua proposta original. Para Bittencourt, o Executivo precisará "trazer a realidade mais firmemente" nesse documento, o que inclui também reconhecer que a desaceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) deve retirar mais alguns bilhões da arrecadação.

Outra peça importante será o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), ainda não votado pelo Congresso. Como mostrou a Folha, a atual equipe de Lula prepara uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para permitir um congelamento maior de recursos e assegurar a busca do centro da meta fiscal.

Mas, para Bittencourt, o Executivo poderia fazer essa mudança na própria LDO, excluindo o trecho que autoriza a perseguição do piso da meta —o que, na prática, autoriza o governo a fazer um esforço fiscal menor. Ele destaca que o próprio TCU (Tribunal de Contas da União) já decidiu que a LDO é o local apropriado para disciplinar o tema.

O economista defende uma suavização das promessas feitas durante a campanha, como o Pix de R\$ 5.000 para MEIs, a tarifa zero e a compra de dívidas. Isso significa na prática implementar as medidas gradualmente, começando com percentuais menores e ampliando ao longo do mandato.

Para Bittencourt, isso ajudaria a diluir o impacto das iniciativas e tirar pressão das contas no início do quarto mandato do petista.

"Um estelionato eleitoral não seria de todo mal visto. Abandonar algumas propostas que foram apresentadas. Por exemplo, jogar para frente essa decisão da tarifa zero, suavizar no tempo a imple-

mentação. O Pix para MEIs. Prometeu R\$ 5 bilhões. Em vez de fazer linear, faz no primeiro ano 10% e acelera até o final do mandato", disse.

"Não é exatamente um estelionato eleitoral, é usar a margem que a promessa dá para entregar um cenário fiscal menos desequilibrado. O governo precisa dar uma atenção para o fiscal no curto prazo, reverter a imagem ou pelo menos suavizar muito a imagem fiscal para o próximo mandato", afirmou.

Segundo o economista, hoje já existem alguns sinais de crise, como as taxas de juros praticadas e o elevado patamar de títulos públicos atrelados à Selic.

"A gente não aguenta, em termos de posição de solvência, um outro mandato igual a esse. É por isso que a sinalização de outros nomes seria tão relevante, para reverter essa trajetória e conseguir fazer esse ajuste com um custo social mais baixo", disse.

Na visão de Bittencourt, sem uma correção de rota no curto prazo, a deterioração da economia —com aumento da inflação e do desemprego e desaceleração mais forte da atividade— acabará forçando uma contenção fiscal mediante custo social mais elevado.

"Eu não acho que a gente vai entrar numa trajetória de crise tão profunda. Eu acredito que, se a coisa aperta, o governo toma as medidas que tem que tomar. A questão é se a gente consegue evitar esse custo em termos de emprego, em termos de crescimento, porque a gente já tem uma desaceleração contratada para o ano que vem bastante grande. E, no cenário de juros altos e de crédito apertado, o governo precisa dar essas demonstrações para evitar que esse custo social se materialize", afirmou. (Folhapress)

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

Votação de Lula é a maior já recebida por um presidente no país

Fies 2: inscrições gratuitas para vagas remanescentes estão abertas



As inscrições para as vagas remanescentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), referentes ao segundo semestre de 2026, foram abertas na segunda-feira (26).

Os estudantes interessados poderão se inscrever gratuitamente até 3 de novembro, exclusivamente pelo Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. É preciso fazer login pela conta da plataforma Gov.br.

Saiba o passo a passo para a inscrição.

O programa oferece financiamento para estudantes que desejam cursar o ensino superior em faculdades privadas bem avaliadas pelo Ministério da Educação (MEC).

O Fies cobre as mensalidades do curso e permite que o estudante pague, com condições facilitadas, o valor financiado após a conclusão da graduação.

Nesta edição, as vagas remanescentes destinam-se exclusivamente à contratação do financiamento no segundo semestre letivo deste ano, sem possibilidade de extensão do prazo.

Uma das etapas do processo seletivo vai verificar se os candidatos pré-selecionados têm condições de acompanhar as atividades acadêmicas e concluir o semestre com aproveitamento suficiente.

Para participar, é necessário ter feito o Exame Nacional do

Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos nas cinco provas de conhecimentos e nota acima de zero na redação.

O estudante não pode ter participado do exame como treineiro.

O candidato também precisa ter renda familiar mensal bruta por pessoa de até três salários mínimos, de acordo com o edital, que trata da ocupação das vagas.

Na parte acadêmica, o candidato pré-selecionado deve ter condições de cumprir a frequência mínima exigida pela instituição privada de ensino superior neste segundo semestre letivo de 2026.

Ao todo, são 50 mil vagas distribuídas pelo país.

O edital reserva 50% dessas vagas remanescentes a candidatos com renda familiar mensal por pessoa de até meio salário mínimo e inscrição atualizada no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico). Para essa verificação, serão consideradas as informações cadastrais atualizadas até 8 de outubro de 2026.

Os estudantes pré-selecionados nessa modalidade poderão solicitar financiamento de até 100% dos encargos educacionais, conforme as regras do programa.

O resultado da chamada única está previsto para 16 de novembro. (Agência Brasil)

Ao terminar o segundo turno da eleição presidencial com 64.256.232 votos no domingo (25), o presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), conquistou a maior votação já obtida por um presidente na história do país.

Os mais de 64 milhões de votos de Lula superam o recorde que já pertencia a ele, ao vencer a eleição de 2022 no segundo turno com mais de 60 milhões de votos, impedindo a reeleição de Jair Bolsonaro.

Evolução do eleitorado
Os números resultantes



das urnas mostram crescimento do eleitorado brasileiro. Em

1989, o país tinha pouco mais de 82 milhões de eleitores. O

contingente cresceu ano a ano até alcançar mais de 158 milhões em 2026.

Como houve o aumento do eleitorado, o recorde de votos recebidos por Lula nesse domingo não representa a maior vitória em termos de votos válidos. Lula conquistou 51,79% da preferência do eleitorado. O recorde pertence à primeira eleição do petista, em 2002, quando derrotou José Serra (PSDB) com 61,27% dos votos válidos.

O próximo mandato de Lula começa em 5 de janeiro de 2027. (Agência Brasil)

Força Nacional reforçará segurança na fronteira com a Colômbia

A Força Nacional de Segurança Pública atuará junto com a Polícia Federal na fronteira do Brasil com a Colômbia, no município de Tabatinga, no Amazonas. A permanência tem prazo de 90 dias.

De acordo com Portaria a 1.313/2026, publicada na segunda-feira (26) no Diário Oficial da União, os agentes farão atividades de policiamento e de preservação da ordem pública, além de garantir a segurança de pessoas e patrimônios.

A operação faz parte dos esforços de fortalecimento da segurança na Amazônia e ocorrerá em articulação com os órgãos de se-

gurança pública do estado, dentro do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Plano Amas).

O contingente ainda será definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de acordo com o planejamento operacional da missão.

Tabatinga é um dos principais pontos estratégicos da faixa de fronteira brasileira na Amazônia, em uma área considerada sensível para o combate a crimes transnacionais, como tráfico de drogas, contrabando e crimes ambientais. (Agência Brasil)



Foto: Marcelo Camargo/ABR

Cartórios lançam ferramenta que permite pesquisar imóveis no país



Já é possível pesquisar informações relacionadas ao vínculo de CPFs e CNPJs a imóveis nos mais de 3,6 mil Registros de Imóveis dos 26 estados e do Distrito Federal. Lançada neste mês, a Pesquisa Nacional de Bens está disponível na plataforma eletrônica oficial que reúne todos os cartórios de Registro de Imóveis do Brasil em um só lugar, o RI Digital.

Segundo o Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONRI), a novidade é a evolução de um serviço eletrônico que já permitia buscas patrimoniais, mas era limitada a dez unidades da federação.

A ferramenta anterior teve mais de 4,3 milhões de consultas desde 2021, sendo 1,14 milhão somente em 2025 e mais de 800 mil nos primeiros oito meses deste ano. Agora, com a incorporação dos demais estados, a pesquisa passa a ter abrangência nacional.

O primeiro resultado da pesquisa ocorre em menos de um minuto. Se alguma unidade estiver temporariamente indisponível, o sistema faz novas tentativas automáticas a cada 20 minutos, por até três vezes, buscando complementar a consulta em até uma hora. O serviço funciona 24 horas por dia, sete dias por se-

mana, inclusive nos finais de semana e feriados.

Disponível no RI Digital, a Pesquisa Nacional de Bens pode ser utilizada por cidadãos, escritórios de advocacia, empresas do mercado imobiliário, companhias de recuperação de crédito e instituições que realizam análises patrimoniais. No setor público, procuradorias, tribunais, Ministério Público e órgãos policiais estão entre os potenciais usuários da ferramenta para localização e investigação patrimonial.

Para Flaviano Galhardo, diretor-geral do ONRI, o potencial é gigantesco, tanto para o cidadão e para o mercado quanto para o Poder Público.

"Trata-se de um instrumento de rastreamento patrimonial seguro, alinhado a rigorosos padrões de compliance, proteção de dados e governança nas pesquisas e nas entregas", afirma.

A Pesquisa Nacional de Bens localiza ocorrências de determinado CPF ou CNPJ nos registros imobiliários. Um resultado positivo, portanto, não significa necessariamente que a pessoa pesquisada seja a atual proprietária do imóvel. Ela pode constar ou

ter constado na matrícula como proprietária, locatária, fiadora ou titular de outro direito.

Para identificar o tipo de vínculo daquele CPF ou CNPJ com o imóvel, o usuário pode solicitar uma certidão digital ou realizar uma Pesquisa Qualificada, também disponível na plataforma. Essa modalidade, que permite aprofundar a pesquisa, já contabilizou 8,8 milhões de consultas desde 2021.

Segundo o ONRI, a ampliação da plataforma foi possível a partir da digitalização dos acervos imobiliários e da estruturação de seus dados pelos Registros de Imóveis de todo o país.

O Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONRI) é uma entidade de natureza jurídica especial, instituída pela Lei nº 13.465/2017, responsável por implementar e operar, em âmbito nacional, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) no Brasil. O organismo integra todos os 3.621 Cartórios de Registro de Imóveis dos Estados e do Distrito Federal, promovendo a digitalização e a integração dos serviços registrais imobiliários. (Agência Brasil)

Holanda anuncia US\$ 500 mi em fundo florestal criado pelo Brasil



O governo dos Países Baixos (Holanda) anunciou na segunda-feira (26) que pretende investir US\$500 milhões no Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFP, na sigla em inglês). O mecanismo internacional de financiamento foi idealizado pelo Brasil e lançado durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém, em 2025.

O aporte não será feito todo de uma vez, mas dividido ao longo de um período de 10 anos. Segundo o anúncio do governo, o investimento reforça a ambição do país em relação às metas climáticas internacionais e à biodiversidade.

O ministro do Comércio Exterior e Cooperação para o Desenvolvimento, Sjoerd Sjoerdsma, disse que preservar as florestas é fundamental para enfrentar as mudanças climáticas, que ameaçam segurança, prosperidade e liberdades.

"Isso reduz as emissões e é essencial para a resiliência dos ecossistemas, da biodiversidade e do abastecimento alimentar global. Por meio deste compromisso, oferecemos aos países um incentivo sólido e previsível para proteger e conservar suas florestas tropicais", disse Sjoerdsma. Com o anúncio, os Países

Baixos passam a integrar uma coalizão internacional que já anunciou intenção de contribuir com o investimento. Entre os países estão Brasil, Noruega, Luxemburgo, Indonésia, Alemanha, França, Portugal e Reino Unido.

Os investidores que comprarem os títulos emitidos pelo TFFP receberão juros fixos e estáveis. Já os países que conseguirem recuperar e manter suas florestas de pé serão recompensados financeiramente por esse esforço. Eles só receberão os valores após verificação por imagens de satélite que confirmem níveis de desmatamento abaixo de limites pré-definidos.

O fundo também prevê um protagonismo das populações indígenas e povos e comunidades tradicionais, que desempenham papel direto na proteção das florestas. O mecanismo propõe destinar pelo menos 20% dos pagamentos nacionais a essas populações.

Os idealizadores do TFFP estimam que ele poderá proteger mais de 1 bilhão de hectares de florestas em mais de 70 países. O objetivo é arrecadar, pelo menos, US\$ 125 bilhões. Desse montante, US\$ 100 bilhões deverão vir do setor privado, enquanto os outros US\$ 25 bilhões são esperados de governos pelo mundo. (Agência Brasil)

Mais Médicos Especialistas oferece 224 vagas imediatas em nova chamada

As inscrições para a segunda chamada do 3º ciclo do Projeto Mais Médicos Especialistas (PMM-E) estão abertas até o dia 29 de outubro. Os interessados devem se inscrever pelo Portal da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS).

A estratégia busca incentivar a presença de especialistas em regiões historicamente desassistidas, com o objetivo de ampliar o acesso à atenção especializada no Sistema Único de Saúde (SUS) e reduzir o tempo de espera por consultas, exames e procedimentos.

Distribuição de vagas

De acordo com o Edital nº 25/2026, serão 224 vagas de preenchimento imediato e 4.350 para cadastro reserva, distribuídas em 24 cursos de aperfeiçoamento, em áreas como anestesiologia, ginecologia e obstetrícia, cardiologia, urologia, psiquiatria, entre outras especialidades.

A Região Nordeste concentra 46% das vagas imediatas, seguida pelo Sudeste (21%), Norte (17%),



Centro-Oeste (9%) e Sul (7%). Do total de oportunidades, 55% serão destinadas a municípios do interior do país.

Quem pode participar

Os médicos precisam ter registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) também válido para participar do Projeto Mais Médicos Especialistas.

O RQE deve ter sido obtido

por meio de residência médica reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) ou de título de especialista reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB).

Formação

Os médicos especialistas que forem selecionados vão compor as equipes de atenção especializada à saúde, atuando nas linhas de cuidado, redes temáticas e políticas prioritárias no

âmbito do SUS.

O Projeto Mais Médicos Especialistas (PMM-E) também qualifica a formação dos profissionais por meio da prática na rede pública de saúde.

Benefícios

Os médicos participantes recebem uma bolsa mensal, e o valor varia de acordo com a vulnerabilidade social do município de atuação, calculado pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS): R\$ 20 mil para municípios de alta ou muito alta vulnerabilidade; R\$ 15 mil para os de média vulnerabilidade; R\$ 10 mil para os de baixa ou muito baixa vulnerabilidade.

Projeto Mais Médicos Especialistas

Criado em 2025, o Projeto Mais Médicos Especialistas contabiliza o ingresso de 2.279 médicos especialistas no projeto, dos quais 1.898 continuam ativos, o equivalente a 83,3% do total de profissionais até outubro de 2026. (Agência Brasil)